



**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Assembleia Legislativa**  
**da Região Autónoma dos Açores**

Ponta Delgada, 18 de Janeiro de 2022

**Assunto: Requerimento – Aquisição da Associação «Clube de Golfe da ilha Terceira», CGIT.**

A Representação Parlamentar do PAN/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.<sup>a</sup>, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o seguinte requerimento e perguntas com solicitação de resposta escrita, dirigidas ao Governo Regional, designadamente à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Com os melhores cumprimentos,

**O Deputado,**

Pedro Neves



**Exmo. Senhor Secretário Regional**  
**Finanças, Planeamento e Administração Pública,**

Os órgãos de comunicação social anunciaram, no decurso do dia de hoje, 18 de Janeiro de 2022, que o Governo Regional dos Açores irá proceder ao “resgate financeiro” da Associação «*Clube de Ténis da Ilha Terceira*», estando em curso negociações para a aquisição do património desta pelo valor devido a duas entidades bancárias, cerca de quatro milhões de euros.

Considerando a natureza jurídica da pessoa coletiva denominada Associação «*Clube de Ténis da Ilha Terceira*», e o património de que dispõe para concretização do seu objeto, isto é, uma associação de direito privado, que tem como objeto a promoção de atividades desportivas e o fomento do bem-estar social, desportivo e cultural dos seus associados, assim como manter em boas condições o «Campo de Golfe» e respetivas instalações, disponibilizar as mesmas a terceiros e promover atividades ligadas a turismo, hotelaria, restauração e outras interligadas a estas, conforme resulta das disposições estatutárias, aquando da sua constituição em 26 de Janeiro de 2004.

Considerando que a Associação em questão não é uma instituição de utilidade pública, que visa o desenvolvimento e prestação de um serviço de interesse regional.

Considerando o Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores que, expressamente, aconselha a extinção de empresas e entidades que, pela sua natureza ou função, não devam estar integradas no setor empresarial regional, com os encargos e ónus que tal acarreta para o erário público, visando a redução da despesa pública e a eficiência da administração pública regional.

Nesse sentido, considerando a aprovação de diplomas que visaram a extinção da «*Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.*», extinção da «*Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A.*» e extinção da «*Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.*», e até a extinção da «*Direção de Serviços de Conservação da Natureza*».

Considerando o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A de 23 de dezembro de 2021, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, e as limitações orçamentais nele previstas, com impactos diretos e imediatos em diversos setores considerados essenciais e fulcrais



para a promoção do interesse público de todos os açorianos e de todas as açorianas, designadamente as «Associações Humanitárias de Voluntários Bombeiros», associações de interesse e utilidade pública.

**Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis e atendendo ao exposto, a Representação Parlamentar do PAN/Açores solicita a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> resposta às seguintes perguntas:**

- 1. Considerando a atual política implementada por este Governo Regional, no sentido de extinguir as empresas e entidades que não devam estar interligadas ao setor público regional, e considerando a natureza e objeto da Associação «Clube de Golfe da Ilha Terceira», qual o interesse do Governo Regional na sua aquisição, no seu património, bem como os critérios estipulados para tal?**
- 2. Concretizando-se a aquisição do património pelo Governo Regional, quais serão os encargos para a Região?**
- 3. Qual o destino que o Governo Regional pretende dar ao património adquirido?**

Ponta Delgada, 18 de Janeiro de 2022

**O Deputado,**

Pedro Neves